



5668875

05

## **ESTATUTO SOCIAL**

**BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA  
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.  
"BB DTVM"**

Quarta-feira, 09 de fevereiro de 2017, às 14h30m, no  
salão de reuniões da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro,  
situada na Rua da Assembleia, nº 1, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro,  
Estado do Rio de Janeiro, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da  
empresa BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS S.A. "BB DTVM", inscrita no NIRE nº 33300019804, com  
o objetivo de aprovar o Estatuto Social da empresa.

Presidência: Bernardo F. S. Berwanger  
Secretaria: [assinatura]

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017



5668876

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

*T. Hickel*

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel  
Assessora Plena  
Deorf/Dfin

*Bernardo F. S. Berwanger*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017

**ESTATUTO SOCIAL**  
**BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

06



5668877

Constituída por Escritura Pública lavrada no Livro 2445, fls. 46, em 15.5.86, no Cartório do 22º Ofício de Notas do Rio de Janeiro (RJ), arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (RJ), sob n.º NIRC 3330001980-4 (04.06.86) e cujo Estatuto Social foi modificado pelas seguintes Assembleias Gerais e seus respectivos registros: **29.08.1986** (166090 de 04.09.87), **06.02.1987** (166089 de 04.09.87), **27.03.1987** (166088 de 04.09.87), **29.04.1988** (189510 de 04.01.90), **22.08.1988** (203179 de 17.06.91), **21.04.1989** (203180 de 17.06.91), **28.12.1989** (203180 de 17.06.91), **20.03.1990** (198481 de 21.11.90), **27.04.1990** (198719 de 29.11.90), **15.10.1990** (205000 de 06.08.91), **30.04.1991** (205147 de 13.08.91), **28.06.1991** (205901 de 02.09.91), **29.04.1992** (215334 de 01.09.92), **30.04.1993** (620173 de 14.07.93), **05.10.1993** (649390 de 07.01.94), **27.01.1994** (658595 de 15.03.94), **28.04.1994** (680829 de 09.08.94), **02.09.1994** (700784 de 17.11.94), **25.04.1995** (746326 de 08.08.95), **23.04.1996** (7977756 de 04.07.96), **23.04.1997** (0856025 de 02.07.97), **14.05.1997** (0859872 de 23.07.97), **13.10.1997** (0883941 de 02.12.97), **28.04.1998** (0920717 de 08.07.98), **11.09.1998** (946349 de 21.10.98), **13.10.1998** (958441 de 10.12.98), **30.04.1999** (995485 de 21.06.99), **25.04.2000** (1108814 de 11.10.00), **17.05.2000** (1081663 de 21.06.00), **26.06.2000** (1102989 de 18.09.00), **30.04.2001** (1162850 de 12.06.01), **25.05.2001** (1170051 de 10.07.01), **17.08.2001** (1192378 de 09.10.01), **16.11.2001** (1263281 de 21.08.02), **12.04.2002** (1270886 de 18.09.02), **28.10.2002** (1287034 de 22.11.02), **09.12.2002** (1301377 de 31.03.03), **26.04.2005** (1537197 de 19.07.2005), **28.04.2006** (1623441 de 20.07.2006), **17.08.2007** (1752060, de 21.11.2007), **17.04.2008** (1817813, de 11.07.2008), **18.08.2010** (2113001, de 11.11.2010), **30.12.2010** (2150335, de 18.02.2011), **27.04.2011** (2237195, de 21.09.2011) e **14.10.2011** (2276235, de 28.12.2011), 03.05.2016 (2933091, de 01.08.2016), 24.06.2016 (2933089, de 01.08.2016) e xx.xx.2016 (a registrar).



5668878

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, consta de carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel  
Assessora Plena  
Deorf/Dfin

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017

07

**CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, NATUREZA, DURAÇÃO E SEDE**



5668879

Art. 1º A BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (**BB DTVM**), pessoa jurídica de direito privado, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., rege-se por este estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe sejam aplicáveis.

§ 1º O prazo de duração da BB DTVM é indeterminado.

§ 2º A BB DTVM tem sede e foro no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo criar ou suprimir filiais, sucursais, agências e escritórios em todo o território nacional e no exterior.

**CAPÍTULO II – OBJETO SOCIAL**

**Objeto social**

Art. 2º A BB DTVM tem por objeto:

- I - a administração e gestão de recursos de terceiros, incluídas as atividades concernentes:
  - a) à instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento;
  - b) à administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários;
  - c) à constituição de sociedades de investimento – capital estrangeiro e administração da respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
  - d) às operações de conta margem;
  - e) à compra e venda de títulos e valores mobiliários;
  - f) à subscrição, transferência e autenticação de endossos, ao desdobramento de cautelas e ao recebimento e pagamento de resgates, juros e outros créditos de títulos e valores mobiliários;
  - g) ao exercício de funções de agente fiduciário;
  - h) às operações no mercado de câmbio;
  - i) às operações compromissadas; e
  - j) à operação em bolsa de mercadoria e de futuros;
- II - a realização, por conta própria ou no próprio interesse, das operações previstas nas alíneas "d" a "j" do inciso anterior, o exercício das demais atividades e a prática de outras operações facultadas às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, desde que estritamente observadas as normas sobre segregação da administração de recursos de terceiros.

**Vedações**

Art. 3º Além de outras práticas vedadas pela legislação em vigor, a BB DTVM não poderá:

- I - prestar garantia que não seja para atingir os objetivos sociais;
- II - realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive por meio de cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor;



5668880

**ATESTAMOS** que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, consta de carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

*T. Hickel*

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel  
Assessora Plena  
Deorf/Difin

*Bernardo F. S. Berwanger*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017



5668881

- III - obter empréstimos ou financiamentos junto a instituições financeiras, exceto aqueles vinculados a:
- a) aquisição de bens para uso próprio;
  - b) operações e compromissos envolvendo títulos de renda fixa, conforme regulamentação em vigor; e
  - c) operações de conta margem de seus clientes, conforme regulamentação em vigor;
- IV - divulgar informações imprecisas, capazes de influir no curso de negociação com títulos e valores mobiliários;
- V - adotar práticas que, na forma da legislação em vigor, criem condições artificiais de demanda, de oferta ou de preço de títulos ou valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou distribuídos no mercado de capitais, ou manipulação de preços;
- VI - abrir crédito, emprestar, ou vender bens de qualquer natureza a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; e
- VII - emitir debêntures ou partes.

### **CAPÍTULO III – CAPITAL E AÇÕES**

Art. 4º O capital social é de R\$ 109.698.472,10 (cento e nove milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e setenta e dois reais e dez centavos), dividido em 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

*Parágrafo único.* A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas.

### **CAPÍTULO IV – ASSEMBLEIA GERAL**

#### **Convocação e funcionamento**

Art. 5º A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou nas hipóteses previstas em lei, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou acionista e instalada ordinariamente até o mês de abril e extraordinariamente, sempre que os interesses da Sociedade o exigirem.

*Parágrafo único.* Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Diretor-Presidente da BB DTVM ou por seu substituto ou, na ausência ou impedimento de ambos, por um dos Administradores da empresa presentes.

#### **Competência**

Art. 6º Além dos poderes definidos na lei competirá especialmente à Assembleia Geral deliberar sobre:

- I - alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social ou de suas controladas; abertura do capital; aumento do capital social por subscrição de novas ações; renúncia a direitos de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de empresas controladas; venda de debêntures conversíveis em ações de sua titularidade de emissão de empresas controladas; ou, ainda, emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior;
- II - promoção de cisão, fusão ou incorporação;
- III - permuta de ações ou outros valores mobiliários; e
- IV - qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.



5668882

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, consta de carta enviada à parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

*Teresa Rodrigues Hickel*

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel  
Assessora Plena  
Deorf/Difin

*Bernardo F. S. Berwanger*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017



09



5668883

## **CAPÍTULO V – ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

### **Seção I - Normas Comuns aos Órgãos de Administração**

#### **Requisitos**

- Art. 7º O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva são órgãos de Administração, integrados por brasileiros residentes no País, dotados de notórios conhecimentos, inclusive sobre as melhores práticas de governança corporativa, experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o cargo.

#### **Investidura**

- Art. 8º Os membros dos órgãos de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

*Parágrafo único.* Os eleitos para órgãos de Administração tomarão posse independentemente da prestação de caução.

#### **Impedimentos e vedações**

- Art. 9º Não podem participar dos órgãos de Administração, além dos impedidos por lei:

- I - pessoas que, de qualquer forma, estejam impedidas de exercer cargos em distribuidoras de títulos e valores mobiliários, por ato da Comissão de Valores Mobiliários ou do Banco Central do Brasil;
- II - os que estiverem inadimplentes com a BB DTVM ou com o Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias, ou que lhes tenham causado prejuízo ainda não ressarcido;
- III - os que detenham controle ou direção de sociedade inadimplente com a BB DTVM ou com o Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias, ou que lhes tenham causado prejuízo ainda não ressarcido; ou
- IV - sócio, ascendente, descendente ou parente colateral ou afim, até o terceiro grau, de membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva;
- V - os que houverem sido responsabilizados, por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por crime falimentar, de sonegação fiscal, prevaricação, corrupção, concussão, peculato, lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a economia popular, contra a fé pública, contra a propriedade, contra o Sistema Financeiro Nacional, ou contra a licitação; bem como por atos de improbidade administrativa, ou que houverem sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- VI - os declarados inabilitados para cargos de administração em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em outras instituições sujeitas a autorização, controle e fiscalização de órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, incluídas as entidades de previdência privada, as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as companhias abertas;
- VII - os que estiverem respondendo pessoalmente, ou como controlador ou administrador de pessoa jurídica, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- VIII - os que tiverem interesse conflitante com a BB DTVM, salvo dispensa da Assembleia.



5668884

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, consta de carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

*T. Briceuil*

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel  
Assessora Plena  
Deorf/Difin

*B. S. Berwanger*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017

10

---

**ESTATUTO SOCIAL**  
**BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

---



5568885

*Parágrafo único.* É incompatível com a participação nos órgãos de administração da BB DTVM a candidatura a mandato público eletivo, devendo o interessado requerer seu afastamento, sob pena de perda do cargo, a partir do momento em que tornar pública sua pretensão à candidatura. Durante o período de afastamento não será devida qualquer remuneração ao membro do órgão de administração, o qual perderá o cargo a partir da data do registro da candidatura.

**Art. 10** Aos integrantes dos órgãos de Administração é vedado intervir no estudo, análise, deferimento, controle ou liquidação de qualquer operação realizada pela BB DTVM, com recursos próprios ou de terceiros, em que:

- I - direta ou indiretamente, sejam interessadas sociedades nas quais detenham o controle ou participação igual ou superior a vinte por cento do capital social; ou
- II - tenham interesse conflitante com a BB DTVM ou o Banco do Brasil.

*Parágrafo único.* O impedimento previsto no inciso I do caput aplica-se, ainda, quando se tratar de sociedade na qual tenham ocupado cargo de administração nos seis meses anteriores à investidura na BB DTVM.

**Perda do cargo**

**Art. 11** Perderá o cargo:

- I - salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o membro do Conselho de Administração que deixar de comparecer, com ou sem justificativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a quatro reuniões ordinárias alternadas durante o prazo do mandato; e
- II - membro da Diretoria Executiva que se afastar, sem autorização, por mais de trinta dias.

*Parágrafo único.* A perda do cargo não elide a responsabilidade civil e penal a que estejam sujeitos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, em virtude do descumprimento de suas obrigações.

**Remuneração**

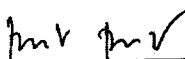
**Art. 12** A remuneração dos integrantes dos órgãos de Administração será fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, observadas as prescrições legais.

*Parágrafo único.* A Assembleia Geral, nos exercícios em que forem pagos o dividendo obrigatório e a participação de lucros aos funcionários, poderá atribuir participação nos lucros da BB DTVM aos membros da Diretoria Executiva, desde que o total não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) da remuneração anual dos membros da Diretoria Executiva e nem cinco milésimos dos lucros (art. 190 da Lei nº 6.404/76), prevalecendo o limite que for menor.

**Dever de informar e outras obrigações**

**Art. 13.** Sem prejuízo dos procedimentos de autorregulação atualmente adotados, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva deverão:

- I - comunicar ao Banco do Brasil S.A. e à CVM – Comissão de Valores Mobiliários:
  - a) imediatamente após a investidura no cargo, a quantidade e as características dos valores mobiliários ou derivativos de que sejam titulares, direta ou indiretamente, de emissão do Banco do Brasil S.A., de suas controladas ou das sociedades coligadas relacionadas à sua área de atuação, além daqueles de titularidade de seus respectivos cônjuges, companheiros e dependentes incluídos na declaração anual do imposto de renda;

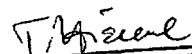
  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

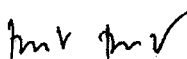
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017



5668886

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, consta de carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

  
9.302.852-0 - Teresa Rodriguez Hickel  
Assessora Plena  
Deorf/Difin

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017

**ESTATUTO SOCIAL**  
**BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

11



5668887

b) no momento da posse, ou de eventuais alterações posteriores, os seus planos de negociação periódica dos valores mobiliários e derivativos referidos na alínea "a" deste inciso, inclusive suas subseqüentes alterações; e

c) as negociações com os valores mobiliários e derivativos de que trata a alínea "a" deste inciso, inclusive o preço, até o décimo dia do mês seguinte àquele em que se verificar a negociação;

II - abster-se de negociar com os valores mobiliários ou derivativos de que trata a alínea "a" do inciso I deste artigo:

a) no período de 15 (quinze) dias anteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e IAN); e

b) nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

**Seção II - Conselho de Administração**

**Composição e prazo de gestão**

Art. 14 O Conselho de Administração terá cinco membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, dentre os quais um Presidente e um Vice-Presidente, permitida a reeleição. O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos membros.

§ 1º Para o preenchimento das vagas no Conselho de Administração serão indicados:

I - quatro representantes, pelo Ministro de Estado da Fazenda, sendo, ao menos, três deles escolhidos dentre os membros do Conselho Diretor do Banco do Brasil S.A.; e

II - um representante, pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 2º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão escolhidos dentre os membros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda.

**Vacância e substituições**

Art. 15 No caso de vacância do cargo de Conselheiro, os Conselheiros remanescentes nomearão substituto para completar o mandato do substituído. Se houver a vacância da maioria dos cargos, estejam ou não ocupados por substitutos nomeados, a Assembleia Geral será convocada para proceder à nova eleição.

*Parágrafo único.* O Presidente do Conselho será substituído pelo Vice-Presidente e, nas ausências deste, por outro conselheiro indicado pelo Presidente. No caso de vacância, a substituição dar-se-á até a escolha do novo Presidente do Conselho, o que deverá ocorrer na primeira reunião do Conselho de Administração que se seguir.

**Atribuições**

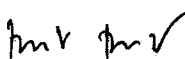
Art. 16 Além da competência definida em lei caberá, em especial, ao Conselho de Administração:

I - aprovar as políticas da empresa;

II - aprovar e acompanhar a estratégia corporativa, os planos, as metas de desempenho e o orçamento da empresa;

III - convocar, nos casos previstos em lei, a Assembleia Geral, apresentando propostas para sua deliberação;

7

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017



5668888

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, consta de carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Mickel  
Assessora Plena  
Deorf/Dfin

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017

12

**ESTATUTO SOCIAL**  
**BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**



5668889

IV - deliberar sobre:

- a) distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;
- b) pagamento de juros sobre o capital próprio; e
- c) participações da BB DTVM em sociedades, no País ou no exterior;

V - eleger os membros da Diretoria Executiva;

VI - fixar as atribuições e as alçadas da Diretoria Executiva e dos seus membros, observado, em especial, o disposto nos arts. 21 a 26 deste Estatuto;

VII - autorizar o pagamento efetivo mensal da remuneração dos membros da Diretoria Executiva, observado o montante global e individual de remuneração dos administradores fixado pela Assembleia Geral;

VIII - acompanhar e fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria Executiva;

IX - manifestar-se sobre os assuntos apresentados pela Diretoria para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembleia Geral;

X - manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria Executiva e a proposta de destinação do resultado do exercício;

XI - aprovar o seu regimento interno e decidir sobre a criação, a extinção e o funcionamento de comitês no âmbito do próprio Conselho de Administração;

XII - aprovar o regimento interno da Diretoria Executiva;

XIII - autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais, a prestação de garantias a obrigações de terceiros, a renúncia de direitos, a transação e o abatimento negocial, nos limites que fixar;

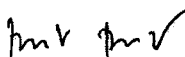
XIV - decidir sobre:

- a) a organização interna da BB DTVM e a sua estrutura administrativa;
- b) a criação, instalação e supressão de filiais, sucursais, escritórios e outros pontos de atendimento, no País ou no exterior;
- c) os planos de cargos, salários, vantagens e benefícios, e aprovar o Regulamento de Pessoal da BB DTVM;
- d) a participação dos funcionários nos lucros e resultados na forma da legislação vigente.

XV - manifestar-se, ao menos trimestralmente, sobre o balancete, e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela empresa, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

XVI - avaliar a adequação do ambiente de controles internos da Companhia, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, monitorando as medidas adotadas pela Diretoria para mitigação e saneamento de eventuais deficiências detectadas;

XVII - zelar pelo cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade e seus negócios, bem como os acordos de acionistas celebrados, os regulamentos internos e os riscos associados;

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017



5668890

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, consta de carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel  
Assessora Plena  
Deorf/Difin

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017





5668891

- XVIII - acompanhar as informações fornecidas pela área jurídica sobre os principais processos administrativos e judiciais nos quais a Sociedade seja parte, especialmente quanto ao risco e provisões realizadas e a realizar;
- XIX - identificar a existência de ativos não de uso próprio da empresa e avaliar a necessidade de mantê-los;
- XX - autorizar e assegurar a criação de canal de denúncias, bem como aprovar política de incentivo à denúncia de irregularidades e tomar conhecimento periódico das principais denúncias recebidas;
- XXI - aprovar as condições e regras para celebração de contratos ou negócios entre a companhia e quaisquer dos acionistas ou partes relacionadas, verificando se foram conduzidas dentro dos parâmetros de mercado e exigindo que estejam claramente refletidas nos relatórios da organização;
- XXII - realizar avaliação formal, anualmente, de seu desempenho, de seus conselheiros, da Diretoria Executiva e dos comitês de assessoramento, por meio de metodologia de avaliação própria que deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração;
- XXIII - escolher e destituir os auditores independentes responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras anuais da Companhia;
- XXIV - analisar os relatórios emitidos pela auditoria independente, podendo lhe solicitar esclarecimentos ou informações, ou a apuração de fatos específicos.

§ 1º A Estratégia Corporativa da BB DTVM será fixada para um período de cinco anos, devendo ser revista anualmente.

§ 2º A fiscalização de que trata o inciso VIII deste artigo poderá ser exercida isoladamente por qualquer conselheiro, o qual terá acesso aos livros e papéis da BB DTVM e às informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos que considere necessários ao desempenho de suas funções, podendo requisitá-los, diretamente, a qualquer membro da Diretoria Executiva. As providências daí decorrentes, inclusive propostas para contratação de profissionais externos, serão submetidas à deliberação do Conselho de Administração.

#### **Funcionamento**

Art. 17 O funcionamento do Conselho de Administração será disciplinado no seu Regimento Interno, observado o disposto neste artigo.

§ 1º O Conselho de Administração reunir-se-á com a presença de, no mínimo, a maioria dos seus membros:

- I - ordinariamente, uma vez a cada dois meses; e
- II - extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, ou a pedido de, no mínimo, dois conselheiros.

§ 2º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente.

§ 3º A reunião extraordinária solicitada pelos conselheiros, na forma do inciso II deste artigo, deverá ser convocada pelo Presidente nos sete dias que se seguirem ao pedido; esgotado esse prazo sem que o Presidente a tenha convocado, qualquer conselheiro poderá fazê-lo.

§ 4º O Conselho de Administração delibera por maioria de votos dos membros presentes, prevalecendo, em caso de empate, o voto do Presidente do Conselho, ou do seu substituto no exercício das funções.



5668892

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil, no processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, no ato de carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

*T. M. Cicculi*

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel,  
Assessora Plena  
Deorf/Difin

*Bernardo F. S. Berwanger*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017

14

**ESTATUTO SOCIAL**  
**BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**



5668893

§ 5º Fica facultada, mediante justificativa, eventual participação dos conselheiros na reunião, por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

**Seção III – Diretoria Executiva**

**Composição, prazo de gestão e vedações**

Art. 18 A BB DTVM será administrada por uma Diretoria Executiva, composta por quatro membros, sendo:

- I - um Diretor-Presidente; e
- II - três Diretores Executivos.

§ 1º Os eleitos para a Diretoria Executiva terão mandato de três anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos membros.

§ 2º Todos os membros da Diretoria Executiva serão escolhidos dentre os funcionários do quadro de pessoal da ativa do Banco do Brasil S.A., em atividade no próprio Banco ou em suas subsidiárias.

Art. 19 A investidura em cargo da Diretoria Executiva requer dedicação integral, sendo vedado a qualquer de seus membros, sob pena de perda do cargo, o exercício de atividades em outras sociedades ou instituições com fim lucrativo, salvo:

I – em conselho de administração de sociedades das quais o Banco do Brasil S.A participe direta ou indiretamente;

II – em conselho de administração de outras sociedades, por autorização prévia e expressa do Conselho de Administração.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos, por um período de seis meses, contados do término da gestão, se prazo maior não for fixado nas normas regulamentares, de:

- I - exercer atividades ou prestar qualquer serviço a sociedades ou entidades concorrentes das sociedades integrantes do Conglomerado Banco do Brasil S.A.;
- II - aceitar cargo de administrador ou de conselheiro, ou estabelecer vínculo profissional com pessoa jurídica com a qual tenham mantido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término da gestão; e
- III - patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da Administração Pública Federal com que tenham mantido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término da gestão.

§ 2º Durante o período de impedimento, os ex-membros da Diretoria Executiva fazem jus a remuneração compensatória equivalente à da função que ocupavam.

§ 3º Finda a gestão, os ex-Diretores sujeitam-se às normas internas do Banco do Brasil, aplicáveis a todos os seus funcionários, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Salvo dispensa do Conselho de Administração, na forma do § 5º, o descumprimento da obrigação de que trata o § 1º implica, além da perda da remuneração compensatória prevista no § 2º, a devolução do valor já recebido a esse título e o pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o total da remuneração compensatória que seria devida no período, sem prejuízo do ressarcimento das perdas e danos a que eventualmente der causa.



5668894

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, com a carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Mickel  
Assessora Plena  
Deorf/Dfin

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017

15

---

**ESTATUTO SOCIAL**  
**BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

---



5668895

§ 5º O Conselho de Administração pode, a requerimento do ex-membro da Diretoria Executiva, dispensá-lo do cumprimento da obrigação prevista no § 1º, sem prejuízo das demais obrigações legais a que esteja sujeito. Nessa hipótese, não é devido o pagamento da remuneração compensatória a que alude o § 2º, a partir da data em que o requerimento for recebido.

**Substituições e vacância**

Art. 20 Os afastamentos de até 30 dias, exceto licenças, dos Diretores Executivos, serão concedidos pelo Diretor-Presidente. Os afastamentos do Diretor-Presidente, as licenças deste e dos Diretores Executivos serão concedidas pelo Conselho de Administração.

§ 1º As atribuições individuais do Diretor-Presidente serão exercidas, durante seus afastamentos e demais licenças:

- I - de até 30(trinta) dias consecutivos, por um Diretor Executivo por ele indicado; e
- II - superiores a 30(trinta) dias consecutivos, por quem for nomeado interinamente pelo Conselho de Administração.

§ 2º No caso de vacância, o cargo de Diretor-Presidente será ocupado, até a posse do seu sucessor, por quem for nomeado interinamente pelo Presidente do Conselho de Administração.

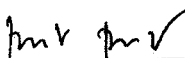
§ 3º Na hipótese prevista no § 1º, inciso I deste artigo, o Diretor Executivo acumulará suas funções com as do Diretor-Presidente, sem acréscimo de remuneração.

**Atribuições**

Art. 21 São atribuições da Diretoria Executiva:

- I - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração;
- II - submeter ao Conselho de Administração, por intermédio do Diretor-Presidente, propostas à sua deliberação;
- III - fazer executar as políticas, a estratégia corporativa, os planos e o orçamento da BB DTVM;
- IV - aprovar e fazer executar a alocação de recursos para atividades operacionais e para investimentos;
- V - distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma da deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, observada a legislação vigente;
- VI - decidir sobre a criação, extinção e funcionamento de Comitês no âmbito da Diretoria, avaliando sua atuação;
- VII - aprovar os regimentos dos Comitês, bem como eventuais alterações;
- VIII - avaliar a quais riscos a organização pode ficar exposta, desenvolver procedimentos para geri-los e propor ao Conselho de Administração as respectivas faixas de tolerância ao risco;
- IX - fixar as atribuições e alçadas das unidades que compõem a estrutura administrativa da BB DTVM, inclusive seus comitês, observados os limites fixados pelo Conselho de Administração; e
- X - decidir sobre situações não compreendidas nas atribuições de outro órgão de administração e sobre casos extraordinários.

11

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017



5668896

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil, processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, cuísta de carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel  
Assessora Plena  
Deorf/Difin

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017

16



5668897

**Atribuições individuais**

Art. 22 Os membros da Diretoria Executiva são investidos das atribuições e poderes legais necessários ao funcionamento da BB DTVM e à realização de seu objeto social, cabendo, em especial:

- I - a todos os Diretores, individualmente:
  - a) representar a BB DTVM, as Carteiras, Clubes e Fundos de Investimento, ativa ou passivamente, em Juízo e fora dele, podendo para tal fim constituir procuradores ou designar prepostos, observado o artigo deste Estatuto que trata da constituição de mandatários;
  - b) exercer as funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração;
  - c) cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração, da Assembleia Geral, as decisões colegiadas da Diretoria Executiva e as disposições legais e regulamentares aplicáveis à BB DTVM; e
  - d) dirigir e orientar o desenvolvimento das atividades das áreas a ele vinculadas;
- II - ao Diretor-Presidente:
  - a) dirigir a BB DTVM;
  - b) convocar e instalar as Assembleias Gerais e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
  - c) apresentar à Assembleia Geral o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva e propostas para sua deliberação; e
  - d) nomear, remover, promover, comissionar e descomissionar funcionários, podendo outorgar esses poderes com limitação expressa;
- III - a cada Diretor-Executivo:
  - a) assistir o Diretor-Presidente na direção dos negócios da BB DTVM;
  - b) administrar, supervisionar e coordenar as áreas que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração;
  - c) prestar assessoria aos trabalhos da Diretoria Executiva, no âmbito das respectivas atribuições; e
  - d) executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Presidente.

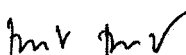
**Segregação de atividades**

Art. 23 O Diretor-Presidente responsável pela gestão de riscos e *compliance* deve exercer suas funções com independência e a ele não poderão ser atribuídas atividades relacionadas à administração de carteiras de valores mobiliários ou à distribuição.

Art. 24 O Diretor responsável pela administração fiduciária deve exercer atividades exclusivas dessa função.

Art. 25 Ao Diretor responsável pela distribuição de cotas de fundos de investimento não poderão ser atribuídas atividades relacionadas à gestão de recursos e/ou à administração fiduciária.

12

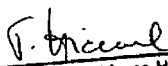
  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

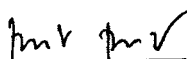
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017



5668898

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil no processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, consta de carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

  
9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel  
Assessora Plena  
Deori/Difin

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017



17

---

**ESTATUTO SOCIAL**  
**BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

---



Art. 26 Ao Diretor-Executivo responsável pela gestão de recursos de terceiros não podem ser atribuídas a administração, a supervisão ou a coordenação das áreas responsáveis por:

- I - atividades e operações da BB DTVM a que se refere o inciso II do art. 2.º deste Estatuto; e
- II - serviços relativos à liquidação e custódia dos ativos de terceiros.

**Constituição de mandatários**

5668899

Art. 27 A constituição de mandatários da BB DTVM compete, isoladamente, ao Diretor-Presidente ou a qualquer dos Diretores Executivos e observará precisa especificação de poderes e prazo de duração do mandato que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

*Parágrafo único.* A BB DTVM somente se obrigará perante terceiros ou os exonerará de responsabilidade para com ela mediante assinatura conjunta de dois dos membros da Diretoria Executiva, ou de um membro da Diretoria Executiva e um procurador, ou de dois procuradores, salvo os casos de endosso em títulos cambiários e cheques a estabelecimentos bancários para crédito em conta da BB DTVM, em que bastará uma única dessas assinaturas. Tal exigência não se aplica às hipóteses em que a BB DTVM atuar como representante de fundos de investimento.

**Funcionamento**

Art. 28 O funcionamento da Diretoria Executiva será disciplinado no seu Regimento Interno, observado o disposto neste artigo.

§ 1º A Diretoria Executiva reunir-se-á, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente, sendo necessária:

- I - a presença de, no mínimo, três dos membros da Diretoria Executiva, dentre os quais o Diretor-Presidente, efetivo ou substituto no exercício do cargo; e
- II - a presença do Diretor-Executivo responsável pela administração de recursos de terceiros, efetivo ou substituto no exercício do cargo, nas reuniões em que se deliberar sobre essa matéria.

§ 2º As deliberações exigem a aprovação de, no mínimo, três dos membros da Diretoria Executiva.

**Seção IV – Organização Administrativa**

**Funcionários**

Art. 29 O quadro de pessoal da BB DTVM será composto exclusivamente por funcionários cedidos pelo Banco do Brasil S.A., mediante ressarcimento dos custos, facultada a aceitação de estagiários e, em casos especiais definidos pela Diretoria Executiva, a contratação de mão-de-obra por prazo determinado.

*Parágrafo único.* Os funcionários cedidos para a BB DTVM não poderão exercer nenhuma outra atividade junto ao Banco do Brasil S.A., exceto na atuação como educadores ou colaboradores em cursos, programas, projetos e/ou trabalhos técnicos, mediante acordo entre as partes.

**Utilização da estrutura do Banco do Brasil**

Art. 30 A BB DTVM utilizará, preferencialmente, a estrutura do Banco do Brasil S.A. para a execução dos serviços necessários ao exercício de suas atividades operacionais, observadas as normas sobre segregação da administração de recursos de terceiros.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



5568900

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, consta de carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Michel  
Assessora Plena  
Deor/Dfin

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017



5668901

#### **Ouvidoria**

**Art. 31** A BB DTVM integra o componente organizacional único de Ouvidoria do Banco do Brasil S.A. que atuará em seu nome.

§ 1º Além de outras previstas na legislação específica, constituem atribuições da Ouvidoria:

- I - receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários;
- II - prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;
- III - informar o prazo previsto para resposta final;
- IV - propor à Diretoria Executiva medidas corretivas ou de aprimoramento dos procedimentos e rotinas da instituição;
- V - informar ao Conselho de Administração ou, na sua ausência, à Diretoria Executiva a respeito de suas atividades; e
- VI - elaborar e encaminhar à Auditoria Interna, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva, relatórios semestrais sobre sua atuação, contendo as proposições mencionadas no item anterior.

§ 2º A atuação da Ouvidoria será pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, sendo dotada de condições adequadas para o seu efetivo funcionamento.

§ 3º A Ouvidoria terá assegurado o acesso às informações necessárias para sua atuação, podendo, para tanto, requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades, observada a legislação relativa ao sigilo bancário.

§ 4º A função de Ouvidor será desempenhada por funcionário da ativa do Banco do Brasil S.A., detentor de comissão compatível com as atribuições da Ouvidoria, o qual terá mandato de um ano, renovável por iguais períodos, sendo designado e destituído, a qualquer tempo, pelo Presidente daquela instituição.

§ 5º O funcionário designado para o exercício das atribuições de ouvidor não perceberá outra remuneração além daquela prevista para a comissão que originalmente ocupa.

#### **CAPÍTULO VI – ÓRGÃOS AUXILIARES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

##### **Comitê de Remuneração**

**Art. 32** A BB DTVM é aderente ao Comitê de Remuneração único do Conglomerado Banco do Brasil, que exercerá suas atribuições e responsabilidades junto à BB DTVM, de acordo com o previsto na legislação e no Estatuto Social da instituição líder.

##### **Comitê de Auditoria**

**Art. 33** A BB DTVM é aderente ao Comitê de Auditoria único do Conglomerado Banco do Brasil, que exercerá suas atribuições e responsabilidades junto à BB DTVM, de acordo com o previsto na legislação e no Estatuto Social da instituição líder.

**CAPÍTULO VII – CONSELHO FISCAL**

**Composição, funcionamento e atribuições**

Art. 34 O Conselho Fiscal funcionará de modo permanente e será constituído de três membros efetivos e respectivos suplentes, todos brasileiros, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, que lhes fixará a remuneração, observada a legislação aplicável.

§ 1º Dentre os membros do Conselho Fiscal, um dos Conselheiros e respectivo suplente serão indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional.

§ 2º O Conselho Fiscal reunir-se-á em sessão ordinária, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que julgado necessário por qualquer de seus membros ou pela Administração da BB DTVM. As decisões serão tomadas por maioria de votos.

§ 3º Perderá o cargo, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer, sem justificativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a quatro reuniões ordinárias alternadas durante o prazo do mandato.

§ 4º Além das competências definidas em lei, caberá, em especial, ao Conselho Fiscal:

I – analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras da companhia e, emitir parecer técnico sobre elas;

II – examinar as demonstrações financeiras do exercício social e, sobre elas opinar;

III – fiscalizar a adequação das diretrizes e políticas gerais e específicas de gerenciamento de riscos e controles internos e *compliance*, bem como examinar seus instrumentos de mitigação e saneamento. E, inclusive, avaliar o cumprimento de leis, normas e regulamentos por parte da companhia;

IV - analisar os relatórios emitidos pela auditoria independente e, sobre eles opinar, podendo lhe solicitar esclarecimentos ou informações, ou a apuração de fatos específicos;

V - acompanhar a criação de canal de denúncias por parte do Conselho de Administração e, após criado, tomar conhecimento de toda e qualquer denúncia apresentada por esse canal, incluindo eventuais fraudes e desvios de conduta pertinentes às demonstrações financeiras, à divulgação de resultados ou relatórios encaminhados aos órgãos reguladores;

VI - avaliar as informações fornecidas pela área jurídica sobre os principais processos administrativos e judiciais nos quais a Sociedade seja parte, especialmente quanto ao risco e provisões realizadas e a realizar;

VII - examinar o ambiente de controles internos e *compliance*, bem como avaliar o cumprimento de leis, normas e regulamentos por parte da companhia;

VIII - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

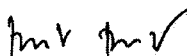
IX - aprovar seu Regimento Interno e seu Plano de Trabalho;

X - fiscalizar as operações com partes relacionadas, acompanhando e verificando se a condução delas atende aos parâmetros legais e de mercado e, ainda, se estão claramente refletidas nos relatórios e demonstrações financeiras da administração; e

XI – realizar avaliação anual do seu desempenho e do desempenho dos seus Conselheiros, conforme metodologia aprovada pelo Conselho Fiscal.



5668902

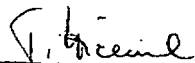
  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

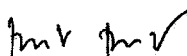
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017



5668903

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, consta de carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

  
9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Michel  
Assessora Plena  
Deorf/Ditfin

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017

**ESTATUTO SOCIAL**  
**BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

20



Art. 35 Os Conselheiros Fiscais assistirão às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre assuntos em que devam opinar.

*Parágrafo único.* O Conselho Fiscal comparecerá ou far-se-á representar por pelo menos um de seus membros, às reuniões da Assembleia Geral, respondendo aos pedidos de informações formulados pelo acionista.

**Impedimentos**

5668904

Art. 36 Além dos impedimentos previstos no art. 9.º deste Estatuto, não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal, membros dos órgãos de administração e funcionários da BB DTVM, de sociedade em que participe ou, ainda, do Banco do Brasil ou de sociedade em que este participe, bem como o cônjuge ou parente até terceiro grau de administrador da BB DTVM ou do Banco.

**Dever de informar e outras obrigações**

Art. 37 Os membros do Conselho Fiscal acionistas do Banco do Brasil devem observar também os deveres previstos no art. 13 deste Estatuto.

**CAPÍTULO VIII – AUDITORIA INTERNA**

**Auditoria Interna**

Art. 38 A BB DTVM integra o componente organizacional único de Auditoria Interna do Banco do Brasil S.A., que atuará em seu nome.

**CAPÍTULO IX– EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

**Exercício social**

Art. 39 O exercício social coincidirá com o ano civil, com término no dia 31 de dezembro de cada ano.

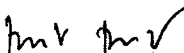
**Demonstrações financeiras**

Art. 40 Serão levantadas demonstrações financeiras ao final de cada semestre e, facultativamente, balanços intermediários em qualquer data, inclusive para pagamento de dividendos, observadas as prescrições legais.

§ 1º As demonstrações financeiras semestrais e anuais, além dos requisitos legais e regulamentares, devem conter:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstrações do resultado;
- III - demonstração das mutações do patrimônio líquido; e
- IV - demonstração dos fluxos de caixa.

§ 2º As demonstrações financeiras anuais deverão ser submetidas à auditoria, por auditores independentes.

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017



5668905

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos processados através de carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

*T. biceime*

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel  
Assessora Plena  
Deorf/Difin

*Bernardo F. S. Berwanger*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017



5668906

**Destinação do lucro**

Art. 41 Após a absorção de eventuais prejuízos acumulados e deduzida a provisão para pagamento do imposto de renda, do resultado de cada semestre serão apartadas verbas que, observados os limites e condições exigidos por lei, terão, pela ordem, a seguinte destinação:

- I - constituição de Reserva Legal;
- II - constituição, se for o caso, de Reserva de Contingência e de Reservas de Lucros a Realizar;
- III - pagamento de dividendo, observado o disposto nos artigos 42 e 43 deste Estatuto;
- IV - constituição de Reserva Estatutária para garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da BB DTVM, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, apurado após as destinações anteriores, até o limite do capital social; e
- V - constituição de demais reservas e retenção de lucros previstas na legislação.

**Parágrafo único.** Na constituição de reservas serão observadas, ainda, as seguintes normas:

- I - as reservas e retenção de lucros de que tratam os incisos IV e V não poderão ser aprovadas em prejuízo da distribuição do dividendo mínimo obrigatório;
- II - o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; e
- III - as destinações do resultado, no curso do exercício, serão realizadas pela Diretoria Executiva, na forma da deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme disposto nos artigos 16, inciso IV, "a", e 21, inciso V, ocasião em que serão apresentadas as justificativas dos percentuais aplicados na constituição da reserva estatutária de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo.

**Dividendo obrigatório**

Art. 42 Aos acionistas é assegurado o recebimento semestral de um dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado como definido em lei e neste Estatuto.

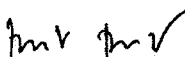
§ 1º O dividendo correspondente aos semestres de cada exercício social será declarado por ato da Diretoria Executiva, aprovado pelo Conselho de Administração.

§ 2º Os valores dos dividendos devidos aos acionistas sofrerão incidência de encargos financeiros na forma da legislação, a partir do encerramento do semestre ou do exercício social em que forem apurados até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada em lei, pela Assembleia Geral ou por deliberação da Diretoria Executiva.

§ 3º É admitida a distribuição de dividendos intermediários em períodos inferiores ao previsto no *caput* deste artigo, observado o disposto no artigo 16, inciso IV, "a" e "b" e § 1º deste artigo.

**Juros sobre o capital próprio**

Art. 43 Observada a legislação vigente, na forma da deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria Executiva poderá autorizar o pagamento ou o crédito aos acionistas de juros, a título de remuneração do capital próprio, bem como imputação do seu valor ao dividendo mínimo obrigatório.

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral





5668907

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, sob pena de carta emitida a parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Mickel  
Assessora Plena  
Deorf/Dfin

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017



§ 1º Caberá à Diretoria Executiva fixar o valor e a data do pagamento ou crédito de cada parcela dos juros, autorizado na forma do *caput* deste artigo.

§ 2º Os valores dos juros devidos aos acionistas, a título de remuneração sobre o capital próprio, sofrerão incidência de encargos financeiros na forma do § 2º do artigo precedente.

#### **CAPÍTULO X- LIQUIDAÇÃO**

5668908

Art. 44 A BB DTVM entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, à qual caberá estabelecer o modo de liquidação, bem como eleger os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação.

#### **CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

Art. 45 A Diretoria Executiva fará publicar no Diário Oficial da União o Regulamento de Licitações.

*Parágrafo único.* A publicação pode ser dispensada quando o Regulamento de Licitações for idêntico ao do Banco do Brasil S.A. e já houver sido efetuada a publicação em causa.

Rio de Janeiro (RJ), XX de setembro de 2016.



5668909

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos preteridos consta de carta emitida à parte.  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

*T. Trigue*

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Michel  
Assessora Plena  
Deorf/Difin

*mv mv*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A  
Nire: 33300019804  
Protocolo: 0020170483428 - 08/02/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 99C5DE30D5B5212B85E2C162849B5564E85DC932385C5C48C509A21A34F2D804  
Arquivamento: 00003006479 - 09/02/2017